

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Curso de Ciências Sociais

Karina Junqueira Barbosa

**DO ADVERSÁRIO AO INIMIGO: a ascensão da extrema
direita e a crise da democracia liberal brasileira**

Belo Horizonte

2025

Karina Junqueira Barbosa

**DO ADVERSÁRIO AO INIMIGO: a ascensão da extrema
direita e a crise da democracia liberal brasileira**

Projeto de Iniciação Científica apresentado no
curso de Ciências Sociais da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais.
Número do Projeto:2024/30895

Orientador(a): Karina Junqueira Barbosa
Orientando(a): Ana Carolina Chaves Fonseca

FIP - PROPPG

Belo Horizonte

2025

Do adversário ao inimigo: a ascensão da extrema direita e a crise da democracia liberal brasileira

Nos últimos anos, a extrema direita chegou ao poder em países tão diferentes como a Hungria, a Turquia, os Estados Unidos e o Brasil, além de ser uma importante força política em democracias consolidadas como a Alemanha e a França. Em geral, o que significa esta ascensão, como afeta a democracia e porque têm sido eleitos líderes políticos que baseiam o seu discurso no ódio e na transformação do adversário político no inimigo schmittiano, violando a regra informal da democracia liberal da tolerância mútua? Nesse contexto, o objetivo dessa pesquisa é analisar como a extrema direita brasileira, e especialmente Jair Bolsonaro, tem mobilizado estratégias narrativas e ações políticas para negar a legitimidade de seus adversários no espectro político. Analisando os métodos aplicados pelo ex- presidente Bolsonaro e os adeptos do bolsonarismo, nossa vertente hegemônica da extrema direita, procuramos identificar particularmente suas relações com a extrema direita estadunidense e o trumpismo. A partir destas caracterizações, buscamos analisar como o governo de Bolsonaro acabou transformando a figura dos seus adversários em *hostis*. Ou seja, aqueles que se opuseram ao seu governo e não são tolerados como parte legítima da lógica democrática e que, portanto, devem ser expurgados do espectro político social. Através de *fake news*, perseguições políticas, guerra cultural e discursos de ódio, Bolsonaro e seus aliados mobilizam ideias radicais, intolerância e afetos na busca de apoio entre seus seguidores. Polarizando e radicalizando uma lógica identitária que delimita o *Self/Nós* em contraponto ao *Other/hostis/Eles*, Bolsonaro e o bolsonarismo acaba desestruturando a própria essência da democracia liberal.

Palavras-chave: Democracia liberal . Identidade. Extrema Direita. Bolsonarismo.

01.Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar as estratégias de construção identitária da extrema direita no Brasil, em especial do ex-presidente Jair Bolsonaro e do bolsonarismo. Partindo das críticas feitas por Chantal Mouffe à dicotomia amigo\inimigo de Carl Schmitt, o presente trabalho procura mostrar que as formas de governos democráticos liberais são incompatíveis com a figura do *hostis* presente nas relações bélicas entre Estados ou em caso de guerras civis quando essa lógica é transposta para a política doméstica.

Analisando os métodos aplicados por Bolsonaro e os adeptos do bolsonarismo, nossa vertente hegemônica da extrema direita, formada por seguidores e políticos aliados do ex-presidente, durante e após o seu governo, procuramos identificar

particularmente suas relações com a extrema direita estadunidense e o trumpismo. A partir destas caracterizações, mostramos que o governo de Bolsonaro acabou transformando a figura dos seus adversários em *hostis*. Ou seja, aqueles que se opuseram ao seu governo e não são tolerados como parte legítima da lógica democrática e, portanto, são expurgados do espectro político social. Através de *fake news*, perseguições políticas, guerra cultural e discursos de ódio, o governo de Bolsonaro mobilizou ideias radicais, intolerância e afetos na busca de apoio entre seus seguidores. Polarizando e radicalizando uma lógica identitária que delimita o *Self* em contraponto ao *Other*, Bolsonaro acaba desestruturando a própria essência da democracia liberal transformando a pluralidade de ideias em algo abominável. E é nesse sentido, antipluralismo, que ele afirmou em julho de 2022, que “As leis existem, no meu entender, para proteger as maiorias. As minorias têm que se adequar.”¹

No entanto, ao mesmo tempo, de forma contraditória, o ex-presidente exalta, em seu discurso, a defesa da democracia, tendo afirmado inúmeras vezes, durante e após o seu governo, que “joga dentro das 4 linhas da constituição”.

Este artigo está dividido em oito partes. Além desta Introdução, buscamos nos tópicos dois e três apresentar as categorias trabalhadas por Schmitt e as ressalvas feitas a este autor por Mouffe. Em seguida, nos tópicos quatro e cinco, mostramos a ascensão da extrema direita na atualidade e destacamos a *Alternative Right* dos Estados Unidos da América (fonte de inspiração do governo Bolsonaro e dos bolsonaristas). Nos tópicos seis e sete, antes das conclusões finais, apresentamos os pontos defendidos pelo governo Bolsonaro e pelo bolsonarismo e suas tentativas de transformar seus adversários em inimigos políticos.

02. Carl Schmitt e a crítica à democracia liberal

Segundo Schmitt, em o “Conceito do Político” (1992), o político é uma esfera com uma lógica própria, autônoma, definida não a partir um conteúdo ou definição exaustiva, mas das categorias, dos critérios que são específicas a ela - a distinção binária amigo-inimigo. Neste sentido, esta oposição não se baseia em critérios morais,

¹<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/15/bolsonaro-defende-falas-transfobicas-minorias-tem-que-se-adequar.htm?cmpid=copiaecola>

econômicos ou estéticos; o inimigo não precisa ser mau, feio, prejudicial, economicamente útil, ou não. Ele é o outro, o estrangeiro, aquele que ameaça a existência física e que deve ser combatido como forma de autopreservação. Esta definição schmittiana não é, então, uma metáfora, mas tem um sentido concreto – é uma definição existencial, de uma ameaça a uma forma de vida (*lebensform*, a forma de vida ou existência da coletividade e não a vida física individual), sendo a negação ontológica do outro. O inimigo não é, assim, aquele a quem odiamos, não é o adversário particular, o concorrente econômico ou o opositor das discussões (como quer o liberalismo); ele é o inimigo existencial, o inimigo público (*hostis*) e não o privado (*inimicus*).

Desta forma, o que caracteriza o político é justamente a contraposição entre o *hostis* e o amigo. E quanto mais acirrado este antagonismo, mais política é a relação, tendo a decisão aqui um papel fundamental, de identificação do inimigo existencial. O conceito do político está, então, intimamente relacionado à guerra, definida como uma luta armada entre duas unidades políticas organizadas e à guerra civil, enquanto a luta armada no interior de uma unidade organizada, relegando a política partidária a um papel secundário (Schmitt, 1992). Neste contexto, a guerra, enquanto consequência extrema do agrupamento amigo-inimigo, é também política, não existindo guerras meramente econômicas ou religiosas. Ainda que tenham começado por motivos econômicos ou religiosos, ao se tornarem a oposição amigo-inimigo, elas são políticas; elas são, como o autor denomina, o meio político mais extremo (Schmitt, 1992, p.61). Do mesmo modo também não faz sentido a noção de guerra justa. A guerra não é justa ou injusta, ela é simplesmente uma necessidade real, uma preservação da existência frente à negação do ser, o inimigo real.

Nesse sentido, pode-se afirmar, segundo Norris (1998), que Schmitt tem uma preocupação hobbesiana com a segurança física, mas que vai além da justificação da guerra - esta só seria justificada quando a destruição física da vida humana fosse motivada pela ameaça existencial ao modo de vida de alguém - a *lebensform*, a vida da coletividade, que é anterior e tem primazia sobre o individual. E é em nome dela que o Estado pode pedir aos que pertencem ao povo “prontidão para morrer e para matar, e de matar homens que estejam do lado inimigo” (Schmitt, 1992, p.72). Em suma, o Estado tem o direito de vida e morte sobre os indivíduos que se submetem à proteção estatal, bem como sobre seus inimigos e aliados, e reconhecer esse direito estatal é o que torna o grupo político, ou seja, quando alguém preza a integridade de um modo de vida sobre suas próprias vidas, como afirma Norris (1998). Assim, o político em Schmitt está na

primazia do todo, na solidariedade com a comunidade e não na vida individual. Há, pois, em Schmitt, uma hostilidade ao individualismo, razão pela qual ele é profundamente antiliberal, realizando uma crítica aos supostos valores universais do liberalismo, em especial, à democracia representativa parlamentar e ao indivíduo liberal burguês.

Nesse sentido, segundo Norris (1998), o conflito decisivo em Schmitt é entre a solidariedade política e o individualismo liberal apolítico em face do potencial inimigo, uma vez que o conceito do político requer a transcendência do individual. Ou seja, em Schmitt, a essência do político está em uma forma homogênea de identidade que requer a transcendência do privado e da vida física, abrindo a possibilidade de uma forma particular de conflito violento. E esta identidade estaria ausente no pluralismo liberal e sua ideia de representação. Em sua leitura da identidade política, a democracia não é uma questão de participação popular, consentimento revogável ou instituições parlamentares/liberais, mas de identidade entre legislador e legislado, que não é irreconciliável com uma forma de ditadura que nega à população o direito de debater questões políticas. Para ele, quanto mais debate público, como querem os liberais, menor a autoridade; e esta, capaz de tomar decisões sobre a vida e a morte dos indivíduos, significa um comprometimento absoluto, que envolve a vida como um todo.

Segundo Sá (2001), o Estado moderno e, de modo geral, toda a política moderna se assenta no princípio da representação que, em Schmitt, significa tornar presente aquilo que está ausente ou visível (caráter público) o que está invisível, por meio de seu representante. Neste sentido, há, na teoria schmittiana, duas formas de representação: a por delegação, na qual um delegado ou procurador representa uma pessoa particular, no âmbito privado; e a representação propriamente dita, na qual uma pessoa pública representa uma entidade em si mesma invisível. E é nesta segunda representação que consiste o princípio do Estado e da política moderna. Nela, o Estado, como pluralidade de homens, se torna unidade, o que é sua condição de possibilidade. Em outras palavras, é na figura do soberano que a existência privada do homem se torna unidade política. Assim, o povo só é povo na pessoa pública do soberano; só é sujeito político na medida em que é representado. O povo não é, desta forma, preexistente, mas é constituído por meio do seu representante, que surge perante esse mesmo povo como soberano (Sá, 2001). Deste modo, o Estado moderno articula dois elementos: não há Estado sem representação, pois aquele só ganha forma mediante o processo representativo; e, enquanto o mesmo se baseia no princípio da representação e no emergir do

representante, ele se caracteriza, então, pela emergência do poder soberano, que é aquele que decide sobre a exceção no plano interno e que se manifesta externamente através do *ius belli*, ou seja, o direito de dizer quem é o *hostis*. A soberania é, portanto, o exercício do poder de exigir o sacrifício da vida, havendo uma reação natural a ela, com os homens desejando dela participar. Assim, o povo, a nação, o sujeito político representado, ao tomar consciência de si como tal, tende à sua própria representação.

Enquanto nas monarquias absolutas dos séculos XVII e XVIII há uma representação pura, na qual a identidade subsume-se na representação, de modo que o monarca se identifica com o próprio Estado, no modelo liberal das monarquias parlamentares, além da representação do Estado pelo monarca, também há uma representação do povo pelo Parlamento (dupla representação). E com a progressiva reivindicação do Parlamento de autodeterminação, o Estado vai se tornando cada vez mais neutro e impotente perante esta requisição de liberdade. A legitimidade da Assembleia advém, deste modo, de sua identidade com o povo e, conseqüentemente, com o Estado por ele constituído, impedindo a legitimação do monarca através da identidade formal. É o que Schmitt vai denominar, segundo Sá (2001), de era política do ocaso da soberania – o monarca já não é soberano, nem o Parlamento, que é um órgão meramente legislativo. A soberania passa, assim, a residir na própria ordem instaurada por ele. A partir de sua crise, a democracia estabelece-se como princípio segundo o qual o soberano é o próprio direito e não o Estado.

Assim, o liberalismo, ao deslocar o poder soberano do Estado para o direito (do absolutismo ao estado de direito liberal), e ao defender o pluralismo e a escolha individual sobre a transcendência do soberano, cria um Estado neutro e tolerante, não interveniente em uma sociedade que deve se auto-organizar e na qual a deliberação é uma afirmação pura e simples de princípios privados. O problema, segundo Schmitt, está, portanto, não na democracia, mas na sua forma liberal. Assim, para o autor, a verdadeira democracia não é a liberal, a parlamentar, baseada no pluralismo, mas a que busca a homogeneidade, eliminando a heterogeneidade. No lugar da igualdade formal liberal, a igualdade como substância, capaz de construir uma identidade entre governantes e governados (Schmitt, 1996, 2001).

A crítica schmittiana ao liberalismo é direcionada, então, à pretensão de neutralidade do liberalismo, que recorreria, de maneira despolitizante, ao discurso técnico e econômico, transformando o Estado em um aparato técnico e legal (Estado burguês de direito) e o inimigo em adversário econômico ou mero concorrente. Isso

porque, na análise schmittiana, o político é a relação conflitiva, a oposição binária, entre o inimigo público (o *hostis*), aquele que ameaça existencialmente minha forma de vida (*lebensform*) e o amigo (o aliado, em defesa da minha *lebensform*). Não se trata, portanto, do conflito como uma metáfora ou relação entre adversários (*inimicus*), mas como uma possibilidade real de luta armada e aniquilação física. E é essa concepção da política que, segundo Schmitt (1992, 1996), é esvaziada pela lógica liberal. Nesse sentido, o jurista alemão critica o liberalismo moderno afirmando que o século XIX foi o século do Estado liberal e da doutrina do Estado neutro, do progresso econômico e técnico e da neutralidade espiritual. E até “hoje” (1932, ano da publicação do “Conceito do Político”), a Europa respiraria o ar deste liberalismo e, com ele, sua doutrina despolitizante, uma vez que seu foco está na política interna, preocupando-se com o controle do poder do Estado e com a proteção da liberdade individual e da propriedade privada. Neste contexto, no lugar da política, estariam a ética e a economia; ao invés da luta política entre o amigo-inimigo, a concorrência econômica entre adversários; no lugar do Estado e da guerra, a indústria e o tecnicismo. A técnica, que seria pretensamente² um campo neutro, se tornou, na concepção liberal, uma esfera de paz mundial, transformando a guerra, segundo Benjamin Constant, em algo sem utilidade, incapaz de obter o conforto que o comércio e a indústria permitem. No campo internacional, a guerra cedeu lugar às discussões sobre sanções, tratados e medidas para assegurar a paz. O adversário não é mais o inimigo, o *hostis*, mas um “fora da lei” que quer perturbar a paz provocando assim uma indistinção entre o inimigo público e o privado (Sá, 2001).

Especificamente sobre a Liga das Nações e o “pacifismo de Genebra”, Schmitt afirma que o conceito de paz se tornou uma ficção jurídica, significando a não guerra, no sentido do *animus beligerandi*, e o inimigo se transformou, na lógica despolitizante e neutralizante do liberalismo, em adversário, naquele que perturba esta paz. No lugar de métodos políticos, a Liga passou a prever sanções econômicas e, portanto, apolíticas, abandonando a guerra em favor de sanções, tratados e medidas para assegurar a paz. E este mundo pacificado e idealizado pela Liga seria, na visão de Schmitt, o fim da própria política, uma vez que a essência do político está justamente na distinção amigo-inimigo e na consequente possibilidade da guerra, a instância mais extremada da relação de inimizade (Schmitt, 1992). Neste contexto, nada e nem ninguém pode escapar à

²Para Schmitt (1992), não haveria neutralidade da técnica, uma vez que qualquer cultura, povo ou religião pode se servir da técnica como arma.

consequência desta oposição: a guerra e a decisão soberana do Estado sobre a vida e a morte dos indivíduos. Deste modo, se torna impossível imaginar um mundo político sem guerras, totalmente pacificado. Todavia, é exatamente esta a defesa do liberalismo, ao apoiar um projeto de estabelecimento de uma paz perpétua que se concretizaria na possibilidade, impensável para o poder soberano, de mover uma guerra em nome da humanidade.

No entanto, na perspectiva schmittiana, o universal, representado pela noção de humanidade, não é um pressuposto do político. Conceitos universais-monistas como Deus, Mundo e Humanidade são conceitos supremos que se entronizam por cima, negando o pluralismo da realidade concreta. Neste mundo plural, a ideia de humanidade não constitui uma comunidade diferenciada, uma vez que todos os grupos, classes, religiões são humanos. Entretanto, este conceito pode ser utilizado para negar toda diferença e aniquilar toda comunidade concreta, no momento em que um Estado, grupo, povo ou indivíduo se identifica com ela e a transforma em um instrumento de domínio. Assim “do nome da humanidade se pode abusar não menos que do nome de Deus” (Schmitt 2011:31³). Neste sentido, esta concepção pode ser (e é) utilizada politicamente por um dos antagonistas para “desqualificar” o seu oponente, reservando para si o *status* de humanidade e recusando-o para o inimigo. Desta forma, o conceito de humanidade é ideológico e apolítico, já que exclui a relação amigo-inimigo pela impossibilidade da humanidade ter inimigos (se estes existissem, teriam que ser não humanos). Assim, a humanidade não faz guerra, mas em um uso político do termo, Estados guerreiam em seu nome, realizando uma identificação com conceitos universais, tais como paz, justiça e civilização, que o inimigo não teria.

3. Uma leitura agonística da democracia liberal: do inimigo ao adversário

Segundo Mouffe (2005), o domínio da política não é um terreno neutro, no qual o pluralismo de valores da esfera privada pode ser isolado e soluções racionais e universais podem ser formuladas. Se há pluralismo de valores na *oikos*, essa também se reflete na *pólis*, sendo, portanto, o antagonismo inerente à política, já que ele é parte das relações humanas. Além disso, o antagonismo requer soluções não universais, mas construídas a partir de cada forma de vida. Nesse sentido, a autora afirma que a grande

³ tradução nossa.

questão para as democracias liberais, no momento em que são questionadas pela ascensão da extrema direita, é como equacionar a pluralidade e o antagonismo de forma a permitir a criação da unidade política em um contexto de conflitos e de diversidade.

Nesse ponto, Mouffe retoma a discussão schmittiana do inimigo e sua crítica ao liberalismo, mas subvertendo a obra desse pensador. Se, para Schmitt, o político reside no binarismo amigo-inimigo, criticando tanto a transformação liberal do inimigo em adversário quanto o princípio da representação da democracia liberal e seu Estado neutro, em Mouffe (2005), a questão que se coloca é justamente como impedir que o pluralismo de valores da esfera privada se transforme, na pólis, na relação amigo-inimigo. Como anteriormente analisado, Schmitt (2006) critica o liberalismo por ser apolítico, com indivíduos egoístas, produtores-consumidores do livre-mercado e incapazes de uma decisão política (privilegiam o debate e não a decisão) ou mesmo de criar uma ordem política, cujo resultado é uma sociedade tecnicista, de racionalidade econômica e calculista, que perdeu o transcendente. O político, entretanto, precisa dessa transcendência do individual em nome do grupo; contra o individualismo liberal apolítico está, pois, a forma homogênea de identidade que permite essa transcendência. Schmitt refuta, portanto, na pólis o pluralismo privado, em nome da homogeneidade e da identidade, buscando uma unidade sem fissuras, uma identificação entre governantes e governados. É uma democracia não liberal, de base rousseauiana da vontade geral, que busca construir uma ordem soberana e unitária na figura do Estado e da comunidade nacional. E essa unidade é construída sobre a dualidade amigo-inimigo, sobre quem é povo e quem não faz parte dele.

É o decisionismo schmittiano, bem como o seu reconhecimento de que a política é conflito e não a neutralidade liberal. O que os liberais parecem esquecer, neste ponto, é que toda unidade é uma construção parcial, que incorpora exclusão e violência, e que, desta forma, reclama a decisão - o que implica em decidir no campo da luta a partir da disposição em se constituir como uma unidade política. Democracia, neste sentido, não é um sistema que exclui a decisão, mas que toma renovadas decisões excludentes, que não são neutras ou puramente racionais. Assim, pensar a democracia é fazê-lo a partir de três elementos: o conflito, a necessidade de se construir a unidade e a impossibilidade de se subtrair à decisão (Galindo, 2002).

O problema da teoria de Schmitt estaria justamente no modo como ele articula estes três elementos no desejo de construção de uma unidade sem fissuras, em um

universalismo uniformizador de uma comunidade nacional, de base étnicas, e na identificação entre governante e governados. É um pensamento no qual a autoridade política, o poder soberano, capaz de tomar decisões sobre a vida e a morte dos indivíduos, exige um comprometimento absoluto, que envolve a vida como um todo. É na figura do soberano que se pode exigir o sacrifício da vida, que a existência privada se torna unidade política.

A verdadeira democracia, assim, não é a da humanidade (conceito ideológico na leitura schmittiana), mas a dos iguais, o que significa tratar os iguais de maneira igual e os desiguais de maneira desigual. É uma defesa da ditadura (romana) que, para Schmitt, é antiliberal, mas não necessariamente antidemocrática, sendo capaz de permitir a identificação da vontade do governante (ditador) e do governado (povo).

Em suma, como afirma Mouffe (2005), a crítica de Schmitt ao conceito de humanidade é que esse afirma, a partir do individualismo liberal, a igualdade humana geral. Entretanto, para Schmitt, a igualdade política precisa da possibilidade da desigualdade, pois essa é o fundamento do Estado e da democracia. Isso porque, segundo o jurista alemão, não existe uma democracia da humanidade, mas do povo, e essa sempre é excludente. A democracia requer a diferenciação entre nós e os outros e a questão é exatamente como fazer a diferenciação. Aqui, a autora subverte Schmitt, de modo que os “outros” não sejam o inimigo a ser destruído, mas o adversário, aquele que tem o direito de defender suas ideias e que serão combatidas pelos seus opositores e não pelos *hostis*. Para Mouffe, esse é o verdadeiro sentido da tolerância liberal democrática que ela denomina de agonistic democracy.

Na democracia agonística, compartilhamos com os adversários os princípios éticos e políticos da democracia liberal, a igualdade e a liberdade, ou, como afirmam Levitsky e Ziblatt (2018), a democracia não é apenas sobre regras formais, mas também sobre as informais, sendo que as decisivas seriam a tolerância mútua e a reserva institucional. A primeira significa o respeito ao adversário, enquanto direito de existir e de competir pelo poder. A segunda, a exigência (liberal) que trata da não violação do espírito das leis, em especial da Constituição, e do sistema de freios e contrapesos dos poderes. Para além das regras escritas, há, portanto, as não escritas, princípios compartilhados, que são a base para o desenvolvimento da democracia.

Entretanto, discordamos quanto ao sentido e implementação desses princípios, não cabendo, quanto a essa discordância, solução apenas por deliberação ou discussão racional, segundo Mouffe. Há uma dimensão antagonística do político que é referente às

relações humanas e pode se expressar de diferentes formas na política. Essa sim, é o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituosas. Se o político é conflito, a política requer a domesticação da hostilidade e a contenção de potenciais antagonismos, permitindo que a separação entre *Self* e *Other* seja compatível com a democracia. Se não é possível uma solução racional, são possíveis pactos que transformem o antagonismo em agonismo, ou seja, a luta entre inimigos na luta entre adversários.

Nesse contexto, a democracia agonística não busca eliminar as paixões da esfera pública, mas mobilizar tais paixões em prol dos desígnios democráticos. Aqui Mouffe recupera a centralidade das paixões para a política, afastando-se de uma interpretação racionalista. Aproximando-se da perspectiva realista por um lado, ela afirma a autonomia da esfera política e a centralidade do conflito, baseado na compreensão a pluralidade de valores, que ocorre tanto na esfera pública quanto na privada. Por outro lado, afastando-se do realismo e aproximando-se da tradição grega e de Hannah Arendt, Mouffe reafirma a necessidade do debate, *agon*, e da tolerância para a democracia. Assim, pode-se afirmar que, para a autora, o confronto e o conflito agonístico é condição de existência e não ameaça à democracia. Em outras palavras, Mouffe (2005) afirma que o bom funcionamento da democracia demanda debate intenso de posições políticas, permitindo, por meio das instituições, o dissenso. O que a autora oferece é uma leitura da democracia liberal que seja capaz de equacionar o conflito e a construção da unidade política, na qual *Self* and *Other* sejam apenas adversários (e aqui se dá a subversão de Schmitt) e não inimigos.

No entanto, como fica essa interpretação da democracia liberal no contexto da ascensão da extrema direita? Essa pergunta se faz particularmente importante quando se analisa o sentido que *Self* and *Other* assume nessa ideologia. Na perspectiva da extrema direita, o *Other* deixa de ser o adversário e se torna o inimigo - a política afasta-se do *agon* e aproxima-se perigosamente do conceito schmittiano, levando a uma reflexão sobre a crise da democracia liberal.

04. Do adversário ao inimigo: a ascensão da extrema direita e a crise da democracia liberal.

A extrema direita normalmente apresenta-se, em regra, como não ideológica ou como anti-ideologia quando, na verdade é ela também uma ideologia, conforme o conceito crítico de Thompson (2011). Segundo esse autor, a ideologia não é uma distorção da realidade ou simplesmente algo descritivo e neutro (apenas um conjunto de ideias e valores), mas sim um “sentido a serviço do poder” (p.16). Ou seja, ela é o sentido que é mobilizado por forças simbólicas (como linguagem e imagens) em um dado contexto social para sustentar relações de dominação. Contexto esse que abarca a esfera política em sentido estrito, as instituições, em especial o Estado, mas sobretudo a vida cotidiana, como o local de trabalho, a sala de aula e a família, sendo marcado pela desigualdade e assimetria de poder e de recursos.

Nessa perspectiva, a extrema direita é uma ideologia que perpassa não apenas partidos políticos, mas também movimentos sociais, tendo se manifestado historicamente em três momentos (ou ondas), segundo a classificação de von Beyme (1988): 1) o neo-fascismo do pós-guerra; 2) movimento anti-*Welfare State* nas décadas de 60 e 70; 3) a partir da década de 80, a terceira onda marcada pelo desemprego e a xenofobia⁴. Entretanto, a definição do termo não é consensual⁵, como, aliás, não é o seu uso. Há autores que preferem, para se referir à terceira onda, nomenclaturas como direita radical, populismo radical de direita radical, novo populismo, nova direita, entre outros. Neste trabalho, optamos, a partir de Mudde (2000), pelo termo extrema direita, na perspectiva da “family party” do autor, ou seja, reconhece-se que essa ideologia assume características diversas dependendo do contexto social e histórico, mas que há um núcleo ideológico comum que nos permite reconhecer um partido (mesmo que esse recuse a classificação de extremista) enquanto tal.

Desta forma, Mudde afirma que a maioria dos autores reconhece como características centrais (nem todas precisam estar presentes e se combinam de maneiras diferentes) da extrema direita: o nacionalismo, o racismo, a xenofobia, a anti-democracia liberal (com a crítica dos partidos políticos e das instituições) e o Estado forte (lei e ordem, hierarquia, autoridade). Outros elementos importantes, particularmente quando se analisa o Brasil, são a tecnocracia e o populismo. Este como bem afirma Mudde é a crença “na solidez do homem comum; (..); apoio a medidas

⁴ O texto de von Byme é de 1998, assim, ele considera a terceira onda a partir dos anos 80. Mudde (2000) coloca a terceira onda entre 1980 e 2000. Assim, é possível pensar em uma quarta onda a partir dos anos 2000.

⁵ Mudde (2000) contabiliza, por exemplo, 26 definições e pelo menos 58 características da extrema direita que são elencadas na literatura sobre o tema.

democráticas diretas baseadas em deixar as pessoas decidirem”⁶ (p.188, tradução nossa).

Para além dos partidos, a extrema direita inclui ainda outros atores como organizações e movimentos políticos e sociais, grupos violentos, torcidas organizadas politizadas, atividades locais, entre outros. Além disso, essa ideologia não seria uma unidade, mas uma “galáxia complexa”, com diferentes tendências (Mudde fala em subgrupos), níveis de radicalização (de moderados a radicais), questões mobilizadas, entre outros. Entretanto, assim como Mudde, Caiani, Porta e Wagemann trabalham um núcleo ideológico composto por duas características: o anti-igualitarismo (racismo, nacionalismo exagerado, visões totalitárias da lei) e, associado a ele, vários níveis de aceitação da violência contra o outro, uma vez que ambos desumanizam os oponentes (p.5). E assim estamos de volta ao inimigo schmittiano. A grande questão não é a existência do *Self* and *Other*, fundamental para a construção da identidade do grupo, mas a transformação pela extrema direita do *Other* em uma ameaça existencial, colocando em risco o princípio básico da democracia liberal que é a tolerância mútua. E essa mudança de significado do *Other*, de adversário a inimigo (o *antiagon* para colocar nos termos de Mouffe), faz parte da atribuição de sentido e da construção da realidade necessárias para mobilizar os seguidores da extrema direita.

Nessa perspectiva, Caiani, Porta e Wagemann (2012) propõem o uso não do termo “ideologia”, mas, a partir da teoria dos movimentos sociais, de *frame*, que diz respeito à construção simbólica de uma realidade externa (p.13), ou seja, das “visões de mundo dominantes que orientam o comportamento de grupos de movimentos sociais. Elas são frequentemente produzidas pela liderança organizacional, que fornece o necessário pano de fundo ideológico (p.14, tradução nossa)”⁷. O ponto fundamental, portanto, é a atribuição do sentido que, segundo os autores, ocorreria em 3 etapas: 1- Redução da complexidade social, que é a escolha seletiva dos problemas e dos responsáveis por eles, que serão alvo da ação do grupo, bem como de identificação emocional; 2- A sugestão de potenciais soluções por meio de novos padrões sociais, novas formas de regulação entre os grupos e novas articulações sobre o consenso e o exercício do poder; 3- Produção de motivações e incentivos para a mobilização,

⁶in the soundness of the common man; (...); support for direct democratic measures on the basis of letting people to decide.

⁷“dominant world views that guide the behaviour of social movement groups. They are very often produced by the organizational leadership, which provides the necessary ideological background”

buscando transformar a identidade dos atores. Nesse contexto, a construção do *frame* é a distinção entre *Self* e *Other*, ou seja, a dicotomia *frames* de identidade e *frames* de oposição, que pertence aos grupos opositores.

Portanto, para a compreensão da extrema direita, não basta a perspectiva da análise ideológica dos partidos, seja por meio de seus manifestos ou votações (até porque a ideologia dos eleitores ou membros do partido não são necessariamente coincidentes), mas de uma percepção da extrema direita como uma construção social e simbólica da realidade, centrada na dicotomia central radicalizada do *Self* and *Other*. É por essa razão que os estudiosos da área colocam como característica fundamental a anti-democracia. Se a democracia liberal é fundamentada no pluralismo e na tolerância, bem como na ideia de representação por meio de mandatos e eleições, a extrema direita, radicalizando o *Self* and *Other*, rejeita o pluralismo, a igualdade humana básica defendida pelo liberalismo político e as instituições do Estado democrático, incluindo uma perspectiva anti-constitucional e de crítica aos valores fundamentais. É, pois, uma ideologia exclusionista e hierarquizante, buscando, assim como em Schmitt, a identidade e a homogeneização, sendo incompatível com a ética da democracia liberal, e que perpassa a sociedade para além da esfera política *stricto sensu*, havendo, pois, uma cultura de extrema direita. Aqui, faz-se necessário, então, retomar a discussão dos subgrupos de Mudde, segundo o qual essas características se combinam de diferentes maneiras e vão de posições moderadas a radicais. Nesse sentido, o subgrupo que interessa a esse trabalho, para a análise do governo Bolsonaro e do bolsonarismo, é a *Alternative Right* estadunidense, que influenciou a eleição nos Estados Unidos, ao fazer parte da coalização que elegeu Donald Trump em 2016, sobretudo por meio de um de seus líderes, Steve Bannon, que também foi o estrategista de campanha de Trump (o que não ocorreu na eleição de 2024).

05. A *Alternative Right* estadunidense

De acordo com David Neiwert (2017, p. 4, tradução nossa), a direita alternativa ou *alt-right* pode ser descrita como

um mundo dominado por *trolls* digitais, conspiração insanamente desenfreada, cultura de vitimização de identidade de homens brancos raivosos em, finalmente, racismo aberto, antissemitismo, ódio étnico, misoginia e paranoia sexual/de gênero. Um lugar

onde a decência humana e a ética são conseradas piadas antiquadas, e a empatia é apenas um convite ao ataque⁸.

Em outras palavras, é um subgrupo ou movimento da extrema direita, nascido no início dos anos 2000, extremamente agressivo e dogmático, que despreza tanto os valores liberais (político-jurídicos) quanto o conservadorismo tradicional. Nesse sentido, o nome “*Alternative*”, dado pelo supremacista branco Richard Spencer, em 2009, foi exatamente uma forma de diferenciá-los da direita mainstream, a liberal e a conservadora, defendendo, de várias formas e estilos políticos, como afirma Lyons (2017), nacionalismo branco, misoginia, antissemitismo and autoritarismo.

A *Alt Right* nasceu de uma confluência entre grupos conspiracionistas, patriotas, supremacia branca, membros do *Tea Party*, nativistas, entre outros, não sendo um movimento unitário, mas múltiplo, que dependendo do ativista ou do grupo pode focar, de maneira radical ou moderada (*Alt Lite*), em um ou outro elemento, como a misoginia, caso dos membros da manoesfera⁹. De modo geral, compartilham valores do Anti-Iluminismo (desconfiança em relação à ciência, terraplanismo, antivacina), criticam o marxismo cultural¹⁰, e promovem uma guerra cultural contra o politicamente correto e os valores do multiculturalismo, mobilizando, sobretudo, homens brancos jovens. Segundo seus membros, eles foram “*red-pilled*”, uma referência ao filme *Matrix*, ou seja, foram capazes de ver “a realidade” (Neiwert 2017).

A *Alt Right* age, principalmente, por ativismo digital, em fóruns *online*, *chats rooms* e plataformas de mídias digitais, tais como X e Facebook, utilizando “técnicas” como *trolls*, *flamewars*, *cry-bullying* e memes. O objetivo é provocar o outro, por meio de interações hostis e ofensivas, buscando desestabilizar o debate. Não se trata, portanto, de argumentos, mas de mobilização dos afetos. Nessas comunidades virtuais, há um autorreconhecimento, uma identificação (*Self*), no qual o medo e o ódio são

⁸a world dominated by digital trolls, insanely unbridled conspiracism, angry white-male identity victimization culture and ultimately, open racism, antisemitism, ethnic hatred, misogyny, and sexual/gender paranoia. A place where human decency and ethics are considered antiquarian jokes, and empathy is only an invitation to assault.

⁹ É uma subcultura online antifeminista, sexista e misógina, que vai desde a defesa da família tradicional e dos papéis “naturais” de gênero (homofobia e transfobia) até a ideia que mulheres são as responsáveis pela destruição da civilização ocidental. Inclui grupos como Men’s Rights Activists (MRAs), Pickup Artists (PUAs), Men Going Their Own Way (MGTOWs) and Involuntary Celibates (Incels).

¹⁰ According to Alt Rightists, em 1930, filósofos judeus da universidade de Columbia criaram um marxismo não ortodoxo com o objetivo de destruir a cultura americana e que defende que o orgulho branco é ruim, liberação sexual é bom e que os valores da família tradicional e do cristianismo são reacionários.

reciprocamente validados, gerando uma sensação de segurança mútua (e de certezas) contra o Other.

Na política, como no caso da campanha e no modo de governar de Trump nos EUA¹¹ e de Bolsonaro no Brasil, the *Alt Rightists* criticam e desqualificam a mídia tradicional, utilizando as redes sociais para se comunicarem diretamente com os eleitores/povo, por meio não só de memes, mas de *fake news*, *deepfakes* e campanha de desinformação, ameaça, assédio e perseguição aos opositores políticos, para amedrontá-los e silenciá-los.

A mobilização dos afetos não é, entretanto, uma característica exclusiva da extrema direita. Como afirma Mouffe, não é possível excluir as paixões da política, e o próprio liberalismo, segundo Foucault (2008), enquanto prática de governo, faz a gestão da liberdade e do seu correlato, a segurança, por meio da criação de uma cultura política do medo e do perigo, de maneira que “esse incentivo ao medo do perigo (...) é de certo modo a condição, o correlato psicológico e cultural interno do liberalismo. Não há liberalismo sem cultura do perigo” (p.91).

Entretanto, essa mobilização, especialmente do ódio e mesmo do perigo, atingiu outro patamar com a extrema direita, começando pelo fascismo. Adorno (2018), a partir do instrumental freudiano, analisa os aspectos psicológicos da mentalidade fascista argumentando que a transformação do indivíduo em massa se dá por meio da libido. Esta tem, segundo Freud (2013), uma função integradora, que pode se dar de maneira positiva ou negativa. A positiva funciona através da identificação entre o líder e seus seguidores, ou seja, pelo estabelecimento de um laço emocional entre eles, de modo que “a imagem do líder moderno assume a aparência de uma ampliação da própria personalidade do sujeito, assume a forma da projeção coletiva de si mesmo” (Adorno 2018:4). Há, portanto, uma transferência parcial da libido para o líder, que é idealizado. Assim, o líder, autoritário, narcisista, autoconfiante, onipotente, é uma ampliação do sujeito, razão pela qual é necessário construir a imagem do líder como uma pessoa comum ou o que Adorno denomina de pequeno grande homem. Já o negativo, está no ódio cultivado contra determinada pessoa ou instituição, se alimentando do instinto de destrutividade.

¹¹ O Trumpismo é influenciado por valores da alt-right, mas também pelos conservadores mainstream. Steve Bannon, estrategista de campanha de Trump e criador do site Breitbart News, é um dos líderes da Alt Right, em especial de sua versão mais moderada, a Alt Lite.

Nesse sentido, os afetos são, na extrema direita, o instrumento pelo qual o *Self* e o *Other* são radicalizados, transformando o adversário de Mouffe no inimigo schmittiano. Na *Alt Right* estadunidense, o inimigo, o *Other*, Eles, especialmente, o imigrante, o não branco, é construído por meio do ódio e do medo - é aquele que ameaça a *lebensform*, o *american way of life*, tanto na perspectiva econômica (gerando desemprego, por exemplo) quanto na questão racial (supremacistas brancos e nacionalistas brancos), e deve, portanto, ser eliminado, senão fisicamente, por meio da ameaça de detenção e deportação do país (como a política adotada por Trump desde janeiro de 2025, em seu novo mandato).

06. A ascensão da extrema direita no Brasil

Na política brasileira, a chamada pauta conservadora dos costumes nunca teve o mesmo espaço conquistado pelo liberalismo econômico, deixando que uma parte da sociedade não se visse como representada, especialmente durante os governos do PT (Partido dos Trabalhadores) entre 2003 e 2016, que teve uma orientação fortemente progressista no que tange especialmente à defesa dos direitos humanos e das minorias. Entretanto, essa pauta progressista, somada à crise econômica do governo Dilma (2011-2016), e aos endêmicos problemas de segurança e corrupção, criaram um terreno fértil para a ascensão do discurso da extrema direita brasileira, representada principalmente pelo atual presidente, Jair Bolsonaro, e seu filho, Eduardo Bolsonaro, considerado por Steve Bannon o representante da *Alternative Right* na América Latina.

Bolsonaro, um ex-capitão do exército brasileiro e ex-deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL), conseguiu se eleger presidente do país, em 2018, defendendo uma plataforma liberal-conservadora, pautada mais por uma agenda de costumes que propriamente por um projeto de governo. Junto à promessa de uma recuperação econômica embasada em princípios neoliberais, Bolsonaro construiu sua popularidade atacando os partidos da esquerda brasileira e todas as políticas de cunho social, que vão da distribuição de renda aos incentivos estatais à cultura, além de promover uma guerra cultural baseada em uma plataforma ultraconservadora dos costumes. Dentre os seus alvos, destacaram-se o que ele denomina de “ideologia de gênero” (a defesa e o respeito pela sociedade e pelo Estado da diversidade sexual); as políticas de bem-estar social; ao chamado “politicamente correto” (incentivo à ações,

comportamentos e narrativas que não menosprezem as minorias); e às políticas culturais que enfatizavam o pensamento crítico e diversidade de ideias, estabelecendo critérios ideológicos, por exemplo, para o financiamento da indústria cinematográfica brasileira. Esses critérios ideológicos também estiveram presentes no desmonte do ensino superior público e da pesquisa, uma vez que as universidades são consideradas pelo bolsonarismo um instrumento do globalismo e do marxismo cultural. Ele fez ainda uma forte crítica à defesa dos direitos humanos, elogiando o regime ditatorial brasileiro e torturadores do período (idealização e revisionismo do passado típicos da extrema direita), além de incentivar ações autoritárias e arbitrárias no combate à criminalidade. Além disso, Bolsonaro se colocou como um representante do agronegócio, atacando ambientalistas, ONGs, demarcação de terras indígenas, e relativizando a necessidade de proteção da Amazônia, o que gerou atritos com a União Europeia e dificultou a assinatura do acordo EU-Mercosul.

No âmbito internacional, a política externa de Jair Bolsonaro alinhou-se às agendas da extrema direita, aproximando-se dos EUA (e aqui quase como alinhamento automático) e de Israel e atacando países não filiados ao discurso liberal como China e Venezuela. Por questões ideológicas, Bolsonaro, enquanto presidente, posicionou-se sobre as eleições presidenciais na Argentina, defendendo a reeleição de Macri (vitorioso) contra a candidatura kirchnerista em 2015, que ele criticou duramente. Além disso, nas discussões sobre direitos humanos e direitos de minorias, como questão de gênero, o governo brasileiro foi acompanhado de países islâmicos ultraconservadores nas votações da ONU¹².

Nesse contexto, um dos princípios combatidos pelo governo de Jair Bolsonaro, e que se traduziu na sua política externa, foi o globalismo. Identificado como uma vertente presente principalmente no período entre as duas Guerras Mundiais, o globalismo seria a tentativa de se criar uma governabilidade internacional, mesmo na ausência de um governo centralizado. Com foco na construção de instâncias internacionais para a mediação de conflitos entre os Estados, o globalismo procura mitigar a ausência deste governo global por regras consensualmente concebidas.

O globalismo seria, portanto, uma tentativa de relativização da soberania estatal através da criação de instituições internacionais que se encarregariam de evitar, dentro de suas possibilidades, o conflito armado entre os Estados e, ao mesmo tempo,

¹²<https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/a-diplomacia-teologica-brasileira-um-relato-de-um-dia-na-onu/>

estabelecer soluções pacíficas para as desavenças entre os mesmos. Desta forma, o documento R2P da ONU, datado de 2005, seria representativo dessa tendência, pois transformaria a soberania dos Estados não em algo apropriado de forma incondicional, e sim, em um direito garantido somente à medida que deveres sejam cumpridos.

Para o governo Bolsonaro e o bolsonarismo, em geral, o globalismo nada mais é que uma tentativa das grandes corporações econômicas em desrespeitar a vontade soberana dos Estados e impor regras sobre como estes atores deveriam se comportar. Estas mesmas corporações teriam a finalidade velada de promover o livre comércio entre os países e representariam uma ameaça aos valores judaico-cristãos. Para o governo de Jair Bolsonaro, a luta contra o globalismo significou, portanto, uma defesa do nacionalismo em contraposição às ambições imperialistas e uma salvaguarda dos valores cristãos ocidentais.

Outra influência marcante do governo de Jair Bolsonaro foi a aplicação dos princípios da *Alternative Right* americana no contexto brasileiro. A *Alt Right* no Brasil se faz presente pela influência de Steve Bannon, que considera, como já dito, Eduardo Bolsonaro como representante do grupo na América Latina. Além disso, Bolsonaro reconhecia como seu guru o já falecido “filósofo” brasileiro Olavo de Carvalho, que também foi influenciado pelas ideias da *Alt Right*.

De qualquer forma, a influência da *Alt Right* no governo Bolsonaro levou a uma mudança de perspectiva na análise da democracia. A polarização extremada e a transformação do adversário em inimigo schmittiano, aquele que ameaça a *lebensform* do que Bolsonaro denomina de patriota ou cidadão de bem (*good citizen*)¹³, se deu não por argumentos ou pela racionalidade, mas pela mobilização dos afetos. Seguindo a cartilha do movimento, foram desqualificados dados, pesquisas e a ciência em geral (vista com desconfiança, em uma perspectiva Anti-Iluminista), principalmente na pandemia da Covid-19, em nome dos afetos - ou seja, foram mobilizados, sobretudo pelas redes sociais, medo, ódio, preconceito e culto à figura do líder. O objetivo era o fortalecimento do *Self*, dos laços e da coesão grupal, por meio da transformação do *Other* na figura do mal.

Importante ressaltar que mesmo após o fim do seu governo, o ex-presidente, que perdeu as eleições em 2022 para Luiz Inácio Lula da Silva, continua ativo nas redes sociais e na política, mobilizando os afetos dos seus seguidores, reforçando os valores

¹³ Lembrando que esse era o nome do periódico norte-americano racista publicado entre 1913 e 1933 e que deu apoio à Ku Klux Klan.

do bolsonarismo e ocupando lugar de destaque na crítica ao governo lulista. Com a eleição de Donald Trump em 2024, o bolsonarismo mais uma vez se alinha ao governo estadunidense, buscando apoio para desestabilizar o atual governo e, particularmente, o Supremo Tribunal Federal (STF), na figura do ministro Alexandre de Moraes, por considerar que esta instituição tem perseguido o ex-presidente e os bolsonaristas, em geral. A animosidade contra o STF foi reforçada por Bolsonaro ter, em março de 2025, por decisão unânime da 1ª. Turma do Supremo, se tornado réu por tentativa de golpe de Estado. Ainda em março de 2025, Eduardo Bolsonaro anunciou que moraria nos Estados Unidos por temer as ações de Moraes, considerando-se um “perseguido político”. No território estadunidense, Eduardo Bolsonaro tem se dedicado a divulgar que o Brasil vive uma “ditadura”, com censura à liberdade de expressão (Moraes é o grande censor), tentando conseguir apoio de Trump para retaliações contra ministros do Supremo. O STF é agora o grande inimigo de Bolsonaro e os bolsonaristas.

07. O Governo Bolsonaro e o bolsonarismo: do adversário ao *hostis*

A ascensão de Bolsonaro no decorrer das eleições de 2018 dividiu o Brasil de forma sem precedentes. De um lado, ficaram aqueles que, apesar da crise econômica gerada pelo Partido dos Trabalhadores, ainda defendiam as conquistas alcançadas pela esquerda e/ou se recusavam a apoiar o candidato da extrema direita, em defesa da democracia e dos valores liberais da tolerância e do pluralismo. Do outro lado, ficaram os eleitores que, na busca por mudanças, e cansados dos inúmeros escândalos de corrupção e da crise na segurança pública, apegavam-se ao discursos populista de Bolsonaro, de lei e ordem, de exaltação ao liberalismo econômico para a retomada do crescimento, e ao conservadorismo de costumes, o que encontrou amplo público entre os evangélicos neopentecostais. Dentre seus eleitores mais exaltados, vários pediam a volta do Regime Militar (instaurado no Brasil entre 1964 e 1985) acreditando na romantização de um passado onde supostamente tudo era melhor que a atualidade.

O que chamava a atenção, entretanto, não era apenas a polarização em si. Mas, a visível adesão a cada uma das polaridades embasada não no conhecimento dos planos de governo, e sim, em padrões imagéticos que remetiam a cada um dos dois principais candidatos à presidência na época (Bolsonaro e Haddad) e à defesa, principalmente daqueles que apoiavam a direita, do seu representante, com argumentos que se limitavam a atacar a oposição. Ao invés de um embate de ideias e planos de governo,

vimos uma polarização afetiva que tinha por base características identitárias nas quais o ataque ao seu adversário (*Other*) colaborava para a construção da própria identidade do agressor (*Self*). Desta forma, ser bolsonarista no Brasil significava não ser petista. Ao mesmo tempo, defender o Partido dos Trabalhadores, ou defender projetos mais à esquerda do prisma ideológico- partidário, significava não concordar de forma ontológica com as propostas de Bolsonaro. Uma lógica não só binária, mas também existencial, para colocar em termos schmittianos, foi instaurada a partir da qual não há espaço para gradações ou meio-termos. A política brasileira abandonou o debate entre adversários legitimados (Mouffe) e se tornou o antagonismo amigo-inimigo schmittiano.

O mesmo cenário se repetiu nas eleições em 2022. Votar em Lula poderia significar tanto uma adesão aos valores da esquerda, mas também uma recusa à continuidade de um governo que na pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, por sua postura antivacina e anticiência, foi considerado responsável pela morte de 700 mil mortos. Por outro lado, o voto em Bolsonaro representou tanto um desejo de continuidade do discurso de livre mercado e dos valores conservadores do bolsonarismo quanto uma recusa à volta dos “vermelhos”, dos comunistas, ao poder.

Deve-se ressaltar, portanto, que a lógica schmittiana do inimigo foi amplamente utilizada nas campanhas de Bolsonaro e não foi abandonada, pelo contrário, após a sua eleição e mesmo após o fim do seu mandato. Ele, aliás, parece continuar em campanha desde 2018, mesmo durante o seu governo, no qual comportou-se mais como candidato do que como presidente, reforçando o *Self* and *Other* radicalizado. Embora devamos lembrar que ele está inelegível até 2030, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral em 2023.

O que se encontra nas narrativas do ex-presidente, pois, não é somente a construção de uma identidade pelo contraponto, mas, também, a transformação do adversário político em inimigo público (*hostis*). Ao contrário de lógica liberal moderna que considera os opositores como necessários à existência do âmbito político, as narrativas criadas pelos partidários de Bolsonaro construíram uma imagem da esquerda brasileira como algo a ser extirpado (ou, como afirma o presidente, “varrido”) do jogo democrático ou mesmo do país. Em 14 de agosto de 2019, Bolsonaro afirmou: “Nas próximas eleições, vamos varrer essa turma vermelha no Brasil. Já que a Venezuela está

bom, vamos mandar para lá. Quem quiser ir mais para o Norte, vai para Cuba”¹⁴. Não é a primeira vez que ele se refere à oposição como “vermelhos” e defende sua eliminação, inclusive estimulando a violência. Os “vermelhos” não são apenas o *Other*, são sobretudo *hostis*. Todo processo de oposição, assim, não prevê apenas a formação de uma maioria para neutralizar as ideias do outro, e sim, a própria anulação da legitimidade do outro em se posicionar como contrário ao novo *status quo*. Como ele afirmou mais de uma vez, durante o seu governo, o Brasil está “sob nova direção e “agora o presidente é de direita”¹⁵. Bolsonaro abertamente não governou para o país, mas para seus eleitores, para o cidadão dito de bem, o patriota, (*Self*), estimulando a polarização e fazendo um governo sectário. Sectarismo, por exemplo, que o levou a prejudicar as políticas públicas de toda a região Nordeste do país, e a proferir falas xenófobas, já que foi onde o PT teve a maioria dos votos nas eleições presidenciais, tanto em 2018 quanto em 2022¹⁶.

É possível, então, afirmar que Bolsonaro tem uma mentalidade fascista, embora não tenha realizado um governo fascista *stricto sensu*. Bolsonaro, chamado por seus eleitores de mito, encarna o homem comum deixando-se filmar em situações cotidianas do cidadão de bem (*Self*), performando o pequeno grande homem de Adorno, ao mesmo tempo em que estimula o ódio às minorias, especialmente por meios das redes sociais (sua e dos filhos¹⁷), vistas como a razão de todos os problemas do país, mobilizando as frustrações de seus seguidores. Essas minorias não são consideradas pelo *Self* como parte do conceito abstrato de pátria, objeto de seu amor (e aí a apropriação pelo bolsonarismo dos símbolos nacionais, como a bandeira), mas como uma ameaça a ela, incitando hostilidade e agressividade contra o que se constitui enquanto um *Other* interno. Como é próprio da extrema direita, há uma leitura seletiva dos problemas sociais, tanto dos que receberão a atenção, mas principalmente de quem será responsabilizado por eles (Caiani, Porta e Wagemann 2012).

Esse processo de polarização se deu, sob influência da *Alt Right* norte-americana, sobretudo por meios das redes sociais. Enquanto a mídia tradicional é

¹⁴<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/14/bolsonaro-promete-varrer-esta-turma-vermelha-do-brasil-em-evento-no-piaui.htm?cmpid=copiaecola>

¹⁵<https://veja.abril.com.br/politica/agora-o-presidente-e-de-direita-diz-bolsonaro-sobre-trocas-em-comissao/>

¹⁶<https://oglobo.globo.com/brasil/sob-ataque-governadores-do-nordeste-reagem-declaracao-de-bolsonaro-sobre-dividir-pais-23857587>

¹⁷Lembrando ainda que o governo Bolsonaro tinha o chamado Gabinete do ódio, que tinha por função divulgar *fake news* e atacar adversários políticos nas redes sociais.

atacada e perseguida por Bolsonaro, ele utiliza principalmente o X como instrumento de comunicação com seu eleitorado (assim como Trump, que utiliza ainda a rede conservadora Rumble). Entretanto, o presidente não se limita a informar, mas ataca os seus inimigos por meio de tweets e outros meios digitais, utilizando fartamente *fake news* e informações distorcidas. Nesse sentido, segundo checagem da plataforma Aos Fatos, em 68 dias de governo, Bolsonaro deu 82 declarações totalmente ou parcialmente falsas¹⁸. Aliás, desde a campanha eleitoral de 2018, a guerra de (des)informação tem sido usada buscando não só perseguir os inimigos, mas também mobilizar os afetos - ódio contra os “vermelhos”, feministas, gays, povos originários; medo do comunismo (todos os inimigos são chamados, de maneira generalizante e esvaziada de conteúdo, de comunistas), marxismo cultural. Para tanto, o ex-presidente conta com a ajuda de uma milícia digital, formada não só por apoiadores, mas por um exército de *bots* que constituem cerca de 60%¹⁹ dos seus seguidores no X, por exemplo. O objetivo dessa tática é manter a radicalização dos seus seguidores fiéis, os bolsonaristas, estimados em um terço da população brasileira,²⁰ e que se apresentam como o *Self*, identitário e homogeneizante. Qualquer discordância ou crítica ao seu período de governo ou aos valores do bolsonarismo são vistos como uma ameaça e a reação vem por meio de *hashtags* e mesmo de manifestações nas ruas.

O exemplo mais marcante dessa radicalização foi a invasão da Praça dos 3 Poderes em 8 de janeiro de 2023 por manifestantes que se recusavam a aceitar o resultado das eleições de 2022 (fraudadas, segundo a narrativa construída) e que depredaram prédios públicos, entre eles o Congresso Nacional e o STF. Muitos desses manifestantes vieram de acampamentos estabelecidos, desde a divulgação do resultado da eleição, em frente a quartéis militares em todo o Brasil. O movimento de invasão e depredação foi considerado, pelo STF, como uma tentativa de golpe, de atentado à democracia e ao estado de direito. Com Moraes à frente, os invasores têm sido condenados e mesmo Bolsonaro e militares foram tornados réus, suscitando protestos do ex-presidente e dos bolsonaristas, que, como já dito, consideram as ações do Ministro e do STF como uma perseguição política.

¹⁸<https://aosfatos.org/noticias/em-dez-semanas-como-presidente-bolsonaro-deu-uma-afirmacao-errada-por-dia/>

¹⁹<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/05/11/fake-followers-audit-aplicativo-mostra-a-porcentagem-de-perfis-fake.htm>

²⁰<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-mira-eleitor-fiel-em-declaracoes-polemicas-avaliam-analistas,70002947539>

Em suma, não há, pois, no Brasil atual, diálogo possível e o *agon* caminha cada vez mais, perigosamente, para o binarismo schmittiano. Nesse processo, o *Self* e *Other*, presentes no processo de constituição de todo grupo (Freud, 2013) são levados a uma polarização extrema de fratura social, inimizade e intolerância, o que coloca em risco a própria democracia brasileira.

08. Conclusão

O jurista alemão Carl Schmitt definiu o conceito do político a partir da dicotomia amigo\inimigo. Para este autor, a política em sua essência é formada pela polarização entre grupos de pessoas que ameaçam a existência uns dos outros. A guerra, nesse sentido, seria a expressão máxima destes posicionamentos na qual a existência de uma comunidade pode significar a necessidade de aniquilamento de outra. Mouffe, por sua vez, chama a atenção para o fato de que, em governos democráticos e liberais, a dicotomia amigo\inimigo não deve existir internamente, na política doméstica, no sentido schmittiano. Para esta autora, a forma de governo democrática, que pressupõe o estado de direito, permite (e mesmo necessita) não de grupos existencialmente opostos, e sim, de adversários que respeitem suas existências mútuas tentando atingir cada um seus objetivos de forma pacífica, dentro das regras estabelecidas pela sociedade. Desta forma, o inimigo schmittiano estaria reservado às relações entre unidades em ambientes de anomia, nos quais a ausência de governos centralizados levariam comunidades aos extremos na busca pela sobrevivência existencial. Na democracia, teríamos apenas adversários, no sentido de que a presença de pensamentos opostos apresenta-se não apenas como possibilidade como, também, como condição da própria forma do governo democrático.

Vários governos da atualidade têm revivido valores ligados aos posicionamentos políticos da extrema direita. No caso brasileiro, especificamente, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, personificou um retorno ao militarismo e conservadorismo ao mesmo tempo em que pregou valores supostamente liberais e democráticos. Influenciado pela *Alternative Right* estadunidense, Bolsonaro, com a ajuda de seus eleitores e asseclas, conseguiu chegar ao poder com discursos que atacavam o governo antecessor do Partido dos Trabalhadores, notadamente de esquerda. Com narrativas que colocavam a culpa pelos problemas brasileiros em minorias como gays, indígenas, feministas e ambientalistas, Bolsonaro posicionou-se como alguém que traria de volta

os “bons costumes” e uma moral supostamente perdida nos anos que se seguiram ao fim do regime militar brasileiro. Utilizando de estratégias como a divulgação de *fake news*, a demissão de representantes de órgãos públicos que não coadunavam com suas ideias e a perseguição de pessoas chamadas de comunistas, Bolsonaro capitaneou a mais severa cisão já existente no país desde os governos militares.

O que chama a atenção nestas estratégias do ex- governo brasileiro, entretanto, é que nas narrativas e ações do ex-presidente, a figura dos adversários políticos de seu governo forma tidos como inimigos (*hostis*) a serem dizimados do espectro político brasileiro. Ao invés da tolerância, a intransigência; no lugar do diálogo, a opressão; e, ao contrário do que se espera de uma democracia, ao invés de adversários, Bolsonaro, em sua cruzada moralista, passou a ver inimigos no sentido político do termo.

Apesar de exaltar a democracia, o governo de Jair Bolsonaro transformou seus adversários políticos em inimigos existenciais, o que continua a ser feito pelo bolsonarismo e pelo ex-presidente. Mobilizando ódios e afetos, Bolsonaro acaba destruindo as bases imprescindíveis da própria democracia brasileira. Ao negar o *status* de adversário àqueles que não se unem às suas ideias, Bolsonaro, silenciando a voz daqueles que constituem o *Other*, destrói as próprias bases da democracia do Brasil e, inadvertidamente, acaba com a própria legitimidade de seu projeto político uma vez que o pluralismo democrático é sacrificado em nome de um projeto de poder unilateral.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor (2018). A teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda. Disponível em: <http://blogdabiotempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-de-adesao-ao-fascismo/>

BENTO, Antonio (s.d). **Teologia e Mitologia Política. Um retrato de Carl Schmitt.** Disponível em <http://bocc.unisinos.br/pag/bento-antonio-carl-schmitt-teologia.pdf>, consultado em 5/4/2016.

BEYME, Klaus von (1988). Right-wing extremism in post-war Europe. **West European Politics**, vol.11, pp.1-18.

CAIANI, M; PORTA, D; WAGEMANN, C. (2012). **Mobilizing on the extreme-right.** Germany, Italy and the United States. NY, Oxford University Press.

FOUCAULT, Michel (2008). **O nascimento da biopolítica.** SP, Martins Fontes.

FREUD, Sigmund (2013). **Psicologia das Massas e Análise do Eu**. Porto Alegre, Ed. L&PM.

GALINDO, Alfonso (2002). Actualidad de la crítica de Schmitt al liberalismo. **Revista de Filosofía**, n.o.22, 2002, p.151-162.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel (2018). **Como as democracias morrem**. RJ,Zahar.

LYONS, Matthew (2017). **CTRL-ALT-DELETE**. The origins and ideology of the Alternnative Right. Disponível em: <http://www.politicalresearch.org/issues/alt-right/>

MOUFFE, Chantal (2005). Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política** n.25, p. 11-23.

MUDDE, Cas (2000). **The ideology of extreme-right**. Manchester, Manchester University Press.

NEIWERT, David (2017). Birth of the alt right. Disponível em <http://www.politicalresearch.org/2017/03/22/birth-of-the-alt-right>

NORRIS, Andrew (1998). Carl Schmitt on friends, enemies and the political. **Telos**, n.o 112.

SÁ, Alexandre (2001). "Soberania e poder total: Carl Schmitt e uma reflexão sobre o futuro". **Revista Filosófica de Coimbra**, n.o. 20, p. 427-460.

SANTOS, Wanderley (1998). A práxis liberal no Brasil. In: SANTOS, Wanderley. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. RJ, Rocco.

SCHMITT, Carl (1992). **O Conceito do Político**. Petrópolis: Vozes.

SCHMITT, Carl (1996). **A Crise da Democracia Parlamentar**. SP, Página Aberta.

SCHMITT, Carl (2011). "Ética de Estado y Estado Pluralista". **Logos**. Anales del Seminario de Metafísica Vol. 44, p. 21-34

SCHMITT, Carl (2006). **Teologia Política**. BH: Del Rey.

THOMPSON, John (2011). **Ideologia e Cultura moderna**: teoria social crítica na era da dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Vozes.